

COP 30: ALGO DE NOVO OU MAIS DO MESMO?

COP 30: SOMETHING NEW OR MORE OF THE SAME?

GILBERTO MARQUES

O governo Bolsonaro representou uma tragédia socioambiental no Brasil. Fogo e desmatamento lamentavelmente se tornaram políticas estimuladas pelo Presidente da República e por seus subordinados.

Acontece que após dois anos do novo governo, os desafios continuam enormes e com a contradição de que ao mesmo tempo em que o novo Presidente faz discursos em defesa no meio ambiente e contra o aquecimento global, seu governo continua a incentivar privilegiadamente políticas e setores econômicos adversários da Amazônia e estimuladores da elevação das temperaturas do planeta - agronegócio, por exemplo.

Em 2015, o Acordo de Paris, estabeleceu que o limite para uma expansão "segura" da temperatura da Terra seria 1,5° C. Os diversos países deveriam assumir metas de redução dos gases que elevam a temperatura mundial. Não cumpriram com suas obrigações.

É verdade que parte da elevação da temperatura pode estar ligada a fatores naturais, como mudança do eixo de inclinação da Terra, mas não tem como não associar o aquecimento atual ao aumento das atividades que geram mais emissão de gases que aquecem o planeta. Utilização de combustíveis fósseis, maior consumo de mercadorias (e serviços) em geral, desmatamento, poluição dos oceanos etc. Resultado: em 2024, o planeta registrou uma temperatura média 1,6° C maior que os níveis pré-industriais. Isso, mais do que apenas seca, provoca um desarranjo do clima no planeta. Secas extremas em certas áreas (como na Amazônia em 2023 e 2024), fortes enchentes em outras (como no Sudeste Asiático e no Rio Grande do Sul em 2024) e incêndios (em função da falta de chuvas) na Europa e nos EUA.

Segundo o MapBiomas, em 2024, o Brasil registrou 30,8 milhões de hectares queimados de seu território. Isso representa uma área maior que a Itália. Mais

agravante é que esse fogo se concentrou na Amazônia numa associação entre desmatamento/grilagem de terra e o aumento do período e da intensidade da seca na região. Os 17,9 milhões de hectares amazônicos sob fogo equivalem a 58% de tudo que foi queimado no país – maior área amazônica queimada nos seis anos recentes.

Para piorar, EUA, país ainda hegemônico no cenário internacional, elegeu Donald Trump como Presidente, um negacionista das mudanças climática e ferrenho defensor das indústrias petrolíferas e poluidoras. Ao encerrarmos a edição deste número, Trump já anunciava a retirada do seu país do Acordo de Paris e das políticas de combate ao aquecimento global. A contradição é que seu país vivia um dos piores incêndios já registrados, particularmente na região de Los Angeles.

É nestes termos que se inicia 2025, ano em que Belém do Pará vai sediar a Conferência das Partes da ONU (COP 30) para tratar de políticas de combate ao aquecimento global. Estima-se mais de 50 mil visitantes na capital paraense, incluindo representantes dos principais países do planeta.

Mas temos no horizonte a tomada de decisões importantes favoráveis ao clima, ao planeta e seus povos? Aceitarão as principais potências reduzir seus ganhos em troca de uma proteção ao planeta? Ao que tudo indica, o cenário não é dos mais esperançosos.

As grandes decisões serão tomadas entre governos comprometidos, antes de tudo, com o lucro de suas empresas. Isso quer dizer que a COP 30 não nos interessa ou que não devemos tentar participar de alguma forma? Não. A universidade pública tem um papel muito importante na medida em que produz conhecimento, elemento fundamental para contrapor o discurso negacionistas e propor medidas mitigadoras do aquecimento global.

Outro fato importante é que movimentos sociais de diversas partes do planeta estão se programando para vir à Belém e participar das atividades oficiais ou paralelas da COP 30, de modo a tentar fazer ouvir suas vozes. Esses movimentos, abrigados na Cúpula dos Povos e em outros agrupamentos, têm anunciado que mobilizarão dezenas de milhares de pessoas para apresentar suas propostas durante o evento. Conseguirão se fazer ouvir por quem toma as decisões? Não temos como responder antecipadamente, mas deixamos um belo exemplo de caminho a seguir.

Em dezembro de 2024, o governo estadual paraense aprovou em regime de urgência uma lei que tornava online o ensino presencial em comunidades indígenas, camponesas e quilombolas mais distantes. A representação desses setores tentou dialogar com o governador, que se mostrou irredutível, evidenciando o contrário daquilo que estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT/ONU), particularmente no que toca à necessidade de esculta antecipada e respeitosa aos povos originários e populações tradicionais atingidos pelas políticas governamentais. Indígenas de diversas etnias, então, ocuparam a Secretaria de Educação do Pará, recebendo apoio de outros movimentos sociais, entre os quais dos(as) profissionais da rede estadual de ensino, que entraram em greve. A intransigência governamental foi quebrada e a lei revogada.

Não temos como precisar o que será aprovado na COP 30, mas sabemos que se ficarmos calados(as), nossas vozes não serão ouvidas. O evento representa uma grande oportunidade de visibilidade para a Amazônia e seus povos.

O atual número da revista Conexões não tem um artigo específico que trate da COP 30, mas a temática amazônica (e seus temas correlatos) está presente em vários artigos. É o caso da análise do indigenista, antropólogo e professor Stephen Baines, da experiência na educação pública regional e do trabalho imaterial da pesca no baixo rio Branco (Roraima). Afora isso, contamos com debates sobre o mercado de trabalho, micro e pequenas empresas e sobre a contribuição de Richard Stone para a contabilidade social. Boa leitura!